

Considerações aos comentários do Uruguai

encaminhados ao Brasil em 15/01/2009.

A posição do Brasil é que o documento "***Avaliação conjunta dos processos de designação de organismos de avaliação da conformidade pelas autoridades competentes dos Estados Partes***" deve ser geral, pois abarca o escopo e a competência legal dos 27 regulamentadores brasileiros, que compõem o Comitê Brasileiro de Regulamentação, resguardando suas especificidades, estruturas funcionais e competências legais.

Ponto I – objetivo:

DOCUMENTO DE TRABALHO	COMENTÁRIO DO URUGUAI
<p>Este documento estabelece as orientações gerais para implantação da avaliação conjunta dos processos de designação de organismos de avaliação da conformidade pelas autoridades competentes dos Estados Partes, utilizados no campo compulsório, almejando ao reconhecimento dos resultados das atividades dos organismos de avaliação da conformidade designados pelas autoridades competentes dos Estados Partes.</p> <p>O mecanismo aqui proposto visa a facilitar o comércio entre os Estados Partes, sem prejuízo dos mecanismos já existentes.</p>	<p>El procedimiento no debe ser excluyente, otros procedimientos y acuerdos que hayan dado resultados satisfactorios podrán coexistir. Entendemos entonces conveniente cambiar la frase final del punto 1. Objetivo.</p>

A delegação do Brasil concorda que o documento não seja excludente, pois o interesse primordial é facilitar o comércio entre os Estados Partes, respeitando os acordos já celebrados. Entretanto, o Uruguai não sugeriu um texto substitutivo à frase final do ponto 1.

Ponto 1 – Início do processo:

DOCUMENTO DE TRABALHO	COMENTÁRIO DO URUGUAI
<p>O interesse em firmar acordo de reconhecimento do processo de designação, utilizando as ferramentas de avaliação conjunta, é originado em uma autoridade oficial competente de um dos Estados Partes. Havendo concordância entre os demais países, as autoridades oficiais competentes, por meio do subgrupo temático correspondente, comunicarão ao Grupo Mercado Comum o início do processo.</p>	<p>Las modificaciones que proponemos están basadas en la Res. GMC 25/03 "Directrices para la celebración de acuerdos de reconocimiento de sistemas de evaluación de la conformidad". Se entiende que no debe limitarse la aplicación de este procedimiento a la evaluación conjunta cuatripartita de sus procesos de designación, en tanto puede no ser de interés de algún Estado Parte, la participación en las actuaciones y el reconocimiento en determinadas áreas de actividad. Debe aclararse que el reconocimiento no necesariamente ha de ser mutuo pudiendo elaborarse acuerdos en los que las designaciones</p>

	<p>de una parte se reconocen pero no las de las demás partes.</p> <p>Por otro lado se entiende que debe ser a través de las Secciones Nacionales y no de los Subgrupos temáticos que las autoridades competentes canalicen las comunicaciones al GMC tanto al inicio como al final del proceso, dada la jerarquía normativa que se pretende alcanzar.</p>
--	---

O Brasil concorda que o documento não deva se limitar à avaliação conjunta quadripartite, mas abrir outras possibilidades para o reconhecimento das designações. Quanto à questão do reconhecimento mútuo, por ser um documento do Mercosul, talvez não seja possível contemplar acordos bilaterais ou de geometrias variáveis. Sugere-se uma consulta às seções nacionais com vistas a avaliar a possibilidade de algo desta natureza. Uma solução possível para isto seria o documento fazer referência aos diversos Acordos de Complementação Econômica no âmbito da ALADI. Como o Mercosul é um acordo registrado na ALADI, os outros acordos de geometria variável na própria Associação poderão respaldar o reconhecimento de designação entre Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Quanto ao fato de se comunicar o início e o fim da **"Avaliação conjunta dos processos de designação de organismos de avaliação da conformidade pelas autoridades competentes dos Estados Partes"** ao GMC por meio das Seções Nacionais, não pelos subgrupos, se for conveniente aos coordenadores nacionais, não há óbices.

Ponto 3 – Informações:

DOCUMENTO DE TRABALHO	COMENTÁRIO DO URUGUAI
<p>As Autoridades Oficiais envolvidas no acordo deverão encaminhar evidências do cumprimento dos requisitos estabelecidos na Resolução GMC n° 14/05, de acordo com o procedimento Mercosul de Avaliação da Conformidade associado ao regulamento técnico Mercosul específico, além das seguintes informações:</p> <p>Lista de organismos designados para o escopo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escopo da designação; • Descrição do mecanismo de designação; • Sistemática de avaliação da competência técnica do organismo designado; • Forma de autorização para a comercialização do(s) produto(s) objeto(s) do acordo, quando aplicável. <p>Essas evidências e informações devem ser consolidadas em um relatório que será encaminhado às autoridades envolvidas no</p>	<p>Entendemos que las autoridades deben velar por que se cumplan TODOS los requisitos de la Res. GMC 14/05 por parte de los OEC y no solamente los relativos al RTM y su PEC. Eso implica que NO se limite el alcance de la evaluacion oficial. La autoridad competente deberá tener en cuenta las capacidades de los integrantes de los equipos evaluadores para asegurar la verificación de dichos requisitos tal como indicamos en el Punto 5.</p>

<p>acordo. Caberá ao representante de cada autoridade, a responsabilidade pela análise dos relatórios recebidos.</p> <p>Após a análise dos relatórios, será elaborado um relatório conjunto contendo as observações finais da avaliação documental.</p> <p>Nota: Todos os documentos têm caráter confidencial.</p>	
--	--

No texto da Resolução 14/05, notam-se várias referências à aplicabilidade do reconhecimento dos procedimentos de AC ao escopo do programa. Como exemplo, transcreve-se um excerto da resolução supracitada:

c) Os organismos deverão operar conforme as normas e guias aplicáveis em cada caso:

- ***Laboratórios de Ensaio e Calibração: ISO/IEC 17025:1999.***
- ***Laboratórios Clínicos: ISO 15189:2003.***
- ***Organismos de Inspeção: ISO/IEC 17020:1998.***
- ***Organismos de Certificação: Guia ISO/IEC 65:1996.***
- ***Outros acordados pelas autoridades oficiais competentes.***

Se a autoridade uruguaia, em seu processo de designação de organismo de avaliação da conformidade, quiser verificar critérios adicionais aos estabelecidos pelo regulamento técnico Mercosul ou procedimento Mercosul de avaliação da conformidade, é prerrogativa dela. Porém, em uma avaliação quadripartite, por parte do Brasil, o escopo do regulamento técnico Mercosul ou do procedimento Mercosul de avaliação da conformidade é preponderante. Concorde-se com o Uruguai, entretanto, que os organismos de avaliação da conformidade que estiverem de acordo com os requisitos internacionais consagrados pelos documentos do Comitê de Avaliação da Conformidade da Organização Internacional de Normalização (ISO/CASCO) ou ainda nos do International Accreditation Forum (IAF) ou nos do International Co-operation for Laboratory Accreditation (ILAC) facilitarão sobremaneira as trocas comerciais entre os Estados Partes.

Para o Brasil, dada a peculiaridade de sua vasta estrutura de regulamentação e a diversidade de autoridades oficiais que publicam regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade, condicionar o reconhecimento de designação à estrutura formal de acreditação poderá limitar a adesão de outros regulamentadores ao documento. Cabe-nos assim definir um documento discricionário geral, não um procedimento operacional vinculante, conferindo liberdade às autoridades nacionais em negociar as bases de reconhecimento dos procedimentos de designação dos organismos de avaliação da conformidade com seus congêneres nos demais Estados Partes. Talvez o texto do documento pudesse trazer uma recomendação de utilização dos organismos de avaliação da conformidade acreditados pelos organismos nacionais de acreditação como facilitador do reconhecimento pelas autoridades regulamentadoras. Enfim, devem-se apontar os possíveis caminhos para o reconhecimento dos processos de designação, sem restringi-los.

Ponto 5 – Equipes de avaliação:

DOCUMENTO DE TRABALHO	COMENTÁRIO DO URUGUAI
<p>Cada representante da autoridade oficial deve estabelecer, quando necessário, pelo menos uma equipe de avaliação para a avaliação em campo.</p> <p>As equipes de avaliação deverão ser formadas por especialistas no escopo dos regulamentos técnicos Mercosul e nos procedimentos Mercosul de avaliação da conformidade aplicáveis.</p>	<p>Entendemos que la autoridad oficial debe tener indicaciones claras y explícitas de lo que se ha acordado como competencias mínimas de los equipos evaluadores para poder decidir cómo serán compuestos y por quiénes (incluyendo la posible subcontratación de los organismos de acreditación o especialistas entre otros).</p>

O Brasil não vê problema na assertiva do Uruguai.